

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	-1. MAR. 1980
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

SOUSA BRITO NA RTP

«A CAPITAL» NÃO FECHA

«**A** TÉ se tem dito para aí que «A Capital» vai fechar. Não é nada disso.» Esta afirmação foi feita ontem, na televisão, pelo secretário de Estado da Comunicação Social, Sousa Brito, o qual acrescentou que os serviços de distribuição deste jornal passarão a distribuir também «A Tarde», medida que considerou favorável, em termos de poupança. Sousa Brito referiu, ainda, que está prevista a distribuição em conjunto de «A Capital», do «Diário de Lisboa» e do «Diário Popular», o que permitirá sensíveis reduções de custos de exploração.

O secretário de Estado da Comunicação Social disse «não haver vontade de assustar nem de criar situações de apocalipse» nas empresas do sector declaradas em «situação económica difícil» e que só como «medida máxima que ninguém deseja tomar» poderá haver suspensões de salários e de pessoal, enquanto a empresa, E. P. N. C., não recuperar economicamente.

Sobre o «Diário de Notícias» disse que este jornal é «rendível» e quanto ao «Mundo Desportivo» defendeu que voltaria a ser executado nas oficinas gráficas da empresa, medida que traria uma economia apreciável à empresa.

Sousa Brito afirmou, também, que «o abandono a que tem sido votada a RDP é um dos casos tristes de informação em Portugal». Entendendo que os aumentos salariais

exigidos pelos trabalhadores são «perfeitamente justos», o secretário de Estado acrescentou que «a situação é tão confusa» que seria melhor esperar até à publicação do estatuto da RDP, documento que está «já preparado e ultimado» e deverá ser tornado público na próxima semana.

Conselhos de Imprensa em debate

A independência do Conselho de Imprensa português foi posta em causa pelos representantes sueco e inglês, pelo facto de este ter sido criado por lei. Estas posições foram tomadas ontem, durante o encontro que está a realizar-se em Lisboa sobre a defesa da liberdade de expressão e o papel daqueles conselhos. Nos seus países, disseram, o C. I. foi uma criação da própria imprensa, completamente livre do poder político, tanto na sua fundação como no seu funcionamento.

Os representantes de Portugal no encontro contestaram aquelas opiniões, tendo afirmado Veiga Pereira que a tradição do direito português sobre o assunto é diferente da inglesa ou sueca e semelhante à francesa.

O representante da Itália sustentou que a imprensa é um serviço público que não pode ser controlado nem por uma minoria nem pelo próprio Estado, enquanto a represen-

tante holandesa fez a história do C. I. do seu país e disse que o Estado tem um outro conselho para aconselhar o Governo em matéria de imprensa.

O encontro termina hoje.

Sindicatos admitem formas de luta no sector

Os sindicatos representativos dos trabalhadores da comunicação social estatizada decidiram, ontem, estreitar contactos, com vista a apoiar eventuais formas de luta no sector. Decidiram, ainda, desenvolver acções de protesto contra as medidas tomadas pelo Governo neste domínio, que consideram «afectar a liberdade de expressão» e serem atentatórias das condições de trabalho no sector.

Indemnizações a gestores

A Secretaria de Estado da Comunicação Social pediu parecer à Procuradoria-Geral da República sobre o pagamento das indemnizações aos gestores das empresas de comunicação social estatizada recentemente substituídos.

Segundo decisão governamental, compete às empresas suportarem os encargos com o pagamento das indemnizações a que os gestores substituídos tenham direito.

C. D. S. exige acção rápida

O C. D. S. exigiu, ontem, que o Governo «actue rapidamente e de modo eficaz» no sentido de colocar a informação estatizada ao serviço dos «verdadeiros interesses nacionais». Num comunicado, o C. D. S. considera que a informação estatizada se deve regular «por normas de rigorosa imparcialidade e isenção perante todas as forças partidárias e o Governo».